



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

EDITAL
DISPENSA ELETRÔNICA Nº 004/2026

1. PREÂMBULO

1.1. O FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL, Estado de Sergipe, torna público para conhecimento de todos os interessados, que fará realizar Licitação na modalidade de **Dispensa Eletrônica**, do tipo **Menor Preço Por Item**, conforme descrito neste Edital e seus anexos, e será regido pelas disposições da Lei nº 14.133/2021, e ainda, pela Lei Complementar nº 123/2006, Decreto nº 16/2025 e demais legislação vigentes.

1.2. O instrumento convocatório vincula as normas da concorrência de preços bem habilitação e posterior contratação devendo a empresa interessada obrigatoriamente tomar conhecimento de todos os dispositivos nele contidos antes da inserção da proposta a qual aduz a plena aceitação das exigências.

1.3. DA ABERTURA DA SESSÃO:

1.3.1. DATA DE ENVIO DAS PROPOSTAS: 17 /04 /2026 de 08:30 horas às 15 horas (horário de Brasília).

1.3.2. ENDEREÇO DA PLATAFORMA: <https://www.licitanet.com.br/>.

1.3.3. Formalização de Consultas/Encaminhamentos serão disponíveis por meio da Prefeitura Municipal de Riachuelo, SE, com sede na Rua Sagrado Coração de Jesus nº 90, Centro, nesta Cidade, Estado de Sergipe, de Segunda-feira à Sexta-feira, em dias de expediente, no horário das 07:00hs às 12:00hs. O edital e seus anexos encontram-se disponíveis nos sites <https://riachuelo.se.gov.br/> e <https://www.licitanet.com.br/> ou e-mail: licitacaopmr21@gmail.com.

2. DO OBJETO

O presente objeto é a contratação de empresa especializada para aquisição de caixa de som amplificada, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistencia Social de Riachuelo/Se conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

3. DA DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

3.1. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA	4001– FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO/ATIVIDADE	2315– BLOCO DE GESTÃO DO SUAS-IGD SUAS
CLASSIFICAÇÃO ECONOMICA	4490.52.00.00– EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
FONTE DE RECURSO CONTA:	16610000– TRANSFERENCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL 300.232-1



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

--	--

4. DO INGRESSO A PLATAFORMA:

4.1. Da dispensa eletrônica:

- 3.1.1** A dispensa eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança – criptografia e autenticação – em todas as suas fases.
- 3.1.2** O certame será realizado através da utilização do Portal Eletrônico da **Licitanet** (www.licitanet.com.br).
- 3.1.3** Os trabalhos serão conduzidos pelo(a) Agente de Contratação, com suporte para Equipe de Apoio, e apoio técnico operacional do Licitanet, os quais juntamente, com a autoridade competente do órgão promotor da licitação, formam o conjunto de operadores do sistema de Dispensa de Licitação.

2.1. Do Credenciamento do Sistema e da Efetiva Participação

- 2.1.1.** Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do Pregão Eletrônico deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal intransferível, obtida junto o **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS** (<https://www.licitanet.com.br/>).
- 2.1.2.** Os interessados deverão credenciar representantes, mediante apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances e preços e praticar todos os demais atos e operações no sistema.
- 2.1.3.** Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) da empresa proponente, deverá apresentar cópia do respectivo do Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exercerem direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.
- 2.1.4.** A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizados em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, devidamente, justificado.
- 2.1.5.** É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada, diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao **LICITANET – LICITAÇÕES ELETRÔNICAS**, ao provedor do sistema ou ao órgão promotor da licitação responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.
- 2.1.6.** A participação da Dispensa de Licitação se dará por meio de digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio de sistema eletrônico observado data e horário limite estabelecidos.
- 2.1.7.** O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes a dispensa de licitação.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2.1.8. Cada credenciado poderá representar apenas uma licitante.

2.1.9. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações no sistema eletrônico, durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus e decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5. DA PROPOSTA ELETRÔNICA.

5.1. A licitante será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras sua proposta e lances;

5.2. Incumbirá à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública da dispensa, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.3. A Proponente deverá anexar a **PROPOSTA COMERCIAL com o valor total por item** em formulário eletrônico específico sob pena de ser **desclassificada**;

5.4. O encaminhamento da proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação e das especificações técnicas previstas no edital;

5.5. Manifestação em campo próprio do sistema eletrônico de que tem pleno conhecimento e do atendimento às exigências de habilitação e especificações técnicas previstas no edital, e, ainda, se está ou não enquadrada como Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno Porte (EPP).

5.6. A proposta deverá indicar o prazo do fornecimento, o qual não poderá ser **superior a 30 (trinta) dias**, contados a partir da assinatura do Termo Contratual ou outro documento equivalente.

5.7. Prazo de validade da proposta de 60 (sessenta) dias, a contar da data da sessão do pública; se na proposta não constar prazo de validade, subentende-se 60 (sessenta) dias.

6. DA SESSÃO DA DISPENSA (FASE DE LANCES E JULGAMENTO DA PROPOSTA DE PREÇOS):

6.1. A partir do horário previsto nesta Dispensa Eletrônica, terá início a sessão pública da Dispensa Eletrônica, com a divulgação das propostas de Preços, recebidas e em perfeita consonância com as especificações e condições de fornecimento detalhadas pelo Edital de Dispensa de Licitação Eletrônica;

6.2. Somente poderá participar da rodada de lances a licitante que anteriormente tenha encaminhado proposta de preços;

6.3. Aberta a etapa competitiva, será considerado como primeiro lance a proposta inicial de menor valor. Em seguida, os licitantes poderão encaminhar lances exclusivamente por meio eletrônico, sendo o licitante imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor;

6.4. O valor unitário / percentual de oscilação entre os lances ofertados será prerrogativa do administrador;

6.5. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.6. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não identificará o autor dos lances aos demais participantes;

6.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, após o que transcorrerá o período de tempo de até 30(trinta) minutos, aleatoriamente, determinado também pelo sistema eletrônico, findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

6.8. Facultativamente, ao Administrador poderá encerrar a sessão pública mediante encaminhamento de aviso de fechamento iminente dos lances e subsequentes transcurso do prazo de trinta minutos, findo o qual será encerrada a recepção de lances. Neste caso, antes de anunciar o vencedor, ao Administrador poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance de menor preço, para que seja obtido preço melhor, bem como decidir sobre sua aceitação;

6.9. O sistema informará a proposta de menor preço imediatamente após o encerramento da etapa de lances, quando for o caso, após negociação e decisão pelo Administrador acerca da aceitação do lance de menor valor.

6.10. Caso uma microempresa ou empresa de pequeno porte apresente lance de preços com valores superior de até 5% (cinco por cento) acima da proposta melhor classificada, será concedido à microempresa ou empresa de pequeno porte melhor classificada, a oportunidade de apresentar outra proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, dentro do prazo de 05 (cinco) minutos, sob pena de preclusão, conforme está previsto na Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006.

6.11. No caso de desconexão com Administrador, no decorrer da etapa competitiva do certame, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para recepção de lances, retomando o Administrador, quando possível, sua atuação na **sessão pública, sem prejuízos dos atos realizados**.

6.12. No caso de desconexão por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão da sessão pública será suspensa, sendo reiniciada somente após comunicação expressa aos participantes;

6.13. Encerrada a etapa de lances da sessão pública virtual, o licitante detentor da melhor oferta deverá remeter via sistema, em até 1(uma) hora, a proposta comercial devidamente detalhada, com posterior encaminhamento do original ou cópia autenticada no prazo máximo de 02(dois) dias úteis, contados da data da referida sessão pública;

6.13.1. No caso de microempresa ou empresa de pequeno porte deverão ser encaminhados os documentos relativos à Regularidade Fiscal mesmo que vencidos, **sob pena de inabilitação**.

6.14. Se a proposta ou o lance de menor valor não for aceitável, ou se o fornecedor desatender às exigências habilitatórias, o Administrador examinará a proposta ou o lance subsequente, verificando a sua compatibilidade e a habilitação do participante, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta ou lance que atenda o edital. Também nesta etapa o Administrador poderá negociar com o participante para que seja obtido melhor preço;

6.15. Constando o atendimento das exigências fixadas no Termo da Dispensa Licitação, o objeto será adjudicado ao autor da proposta ou lance de menor preço;

6.16. A proposta terá de estar assinada pelo licitante ou seu representante legal, redigida em português de forma clara, não ser manuscrita e nem conter rasuras ou entrelinhas e incluirá:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.16.1. Orçamento discriminado em preços unitários expresso em moeda corrente nacional, devendo o preço incluir todas as despesas com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, e outros pertinentes ao objeto licitado devidamente corrigido após o encerramento dos lances;

6.16.2. Após a apresentação da proposta não cabe desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pelo Administrador;

6.16.3. A proposta deverá considerar a entrega do material ou a execução dos serviços no local indicado.

7. DO FORNECIMENTO E PRAZO:

7.1. Os fornecimentos constantes deste processo deverão ser entregues num prazo de até 30 (trinta) dias a contar da data do empenho em nome da empresa, salvo determinação estipulada em contrário pelas Secretaria.

7.2. Os fornecimentos poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes deste Termo de Referência e a proposta a qual é vinculado, devendo ser substituída imediatamente, levando-se em consideração desse tipo de equipamento, no prazo de até 15 (quinze) dias, a contar da data de notificação da Contratante, às suas custas e sem prejuízo à aplicação de penalidades;

7.3. Os prazos de fornecimentos poderão ser alterados (antecipados ou prorrogados), desde que ocorra um dos seguintes motivos: alteração das especificações pela contratante, Superveniência de fato excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições de execução deste contrato; Interrupção da execução deste contrato ou diminuição do ritmo de trabalho por ordem e no interesse da contratante; Aumento das quantidades inicialmente previstas neste termo em até vinte e cinco por cento do seu valor inicial atualizado, conforme limites permitidos pelo art. 124 da Lei nº 14.133/21, em sua redação atual; Impedimento de execução deste contrato por ato ou fato de terceiro reconhecido pela contratante em documento contemporâneo a sua ocorrência; Omissão ou atraso de providência a cargo da contratante, inclusive quanto aos pagamentos previstos de que resulte diretamente impedimento ou retardamento na execução deste contrato.

7.4. O recebimento provisório ou definitivo dos serviços não exclui a responsabilidade da contratada pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato.

8. DA REGULARIDADE FISCAL E JURIDICA

8.1. Inserir no portal, ao final da disputa 30 minutos de tempo randômico:

8.1.1. Alvará de Localização e Funcionamento, sede da Pessoa Jurídica, em validade;

8.1.2. Contrato Social da Empresa (*se houver o contrato consolidado*);

8.1.3. Documentos Pessoais (RG, CNH, etc) do responsável da empresa;

8.1.4. Prova de inscrição no **Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica – CNPJ**;

8.1.5. Prova de regularidade para com a **Fazenda Federal** e Quanto a Dívida Ativa da União.

8.1.6. Certidão Negativa de Tributos **Estaduais**, sede da Pessoa Jurídica;

8.1.7. Certidão Negativa de Tributos **Municipais**, sede da Pessoa Jurídica e do município.

8.1.8. Certificado de Regularidade de Situação – CRS relativo ao **FGTS** nos termos do inciso IV do artigo 29 da Lei nº 8.666/93;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.1.9. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a **Justiça do Trabalho**, mediante a apresentação de certidão negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943. (Incluído da pela Lei nº 12.440, de 7.7.2011 – DOU de 8.7.2011);

8.1.10. Certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante.

9. DA CONTRATAÇÃO

9.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

9.2. O adjudicatário terá o prazo de 10h (dez horas), contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Aviso de Contratação Direta.

9.2.1. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) horas, a contar da data de seu recebimento.

9.2.2. O prazo previsto para assinatura do contrato ou aceitação da nota de empenho ou instrumento equivalente poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

9.3. O prazo de vigência da contratação é de até 31 de dezembro, não podendo ser prorrogável conforme previsão nos anexos a este Aviso de Contratação Direta.

9.4. Na assinatura do contrato ou do instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste aviso, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

10. DAS SANÇÕES PARA O CASO DE INADIMPLEMENTO

10.1.1. Se a Empresa vencedora inadimplir as obrigações assumidas, no todo ou em parte, ficará sujeita às sanções previstas nos arts. 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021 e ao pagamento de multa nos seguintes termos:

10.1.2. Pelo atraso da prestação de serviços em relação ao prazo estipulado ou na realização do serviço: 1% (um por cento) do valor do serviço não prestado, por dia decorrido, até o limite de 30% (trinta por cento).

10.1.3. Pela recusa em efetuar o serviço, o fornecimento e/ou pela não entrega do material, caracterizada em 10 (dez) dias após o vencimento do prazo estipulado: 10% (dez por cento) do valor do material ou do serviço contratado;

10.1.4. Pela demora em substituir o material rejeitado, a contar do segundo dia da data da notificação da rejeição: 2% (dois por cento) do valor da prestação de serviços recusado, por dia decorrido;

10.1.5. Pela recusa da Empresa vencedora em substituir ao serviço rejeitado, entendendo-se como recusa a substituição não efetivada nos 12h (doze horas) que se seguirem à data da rejeição: 10% (dez por cento) do valor rejeitado;

10.2. Pelo não cumprimento de qualquer condição fixada nestas Condições Gerais ou no pedido de Cotação Eletrônica de Preços e não abrangida nas alíneas anteriores: 1% (um por cento) do valor contratado, para cada evento.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.3. As multas estabelecidas no subitem anterior podem ser aplicadas isolada ou cumulativamente, ficando o seu total limitado a 10% (dez por cento) do valor, sem prejuízo de perdas e danos cabíveis.

10.4. As importâncias relativas às multas serão descontadas do pagamento porventura devido à empresa vencedora ou cobradas na forma prevista em lei.

10.5. O Órgão Requisitante poderá, ainda, cancelar a Nota de Empenho decorrente da Cotação Eletrônica de Preços, sem prejuízo das penalidades previstas nos subitens anteriores e de outras previstas em lei.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. O procedimento será divulgado na plataforma específica descrita no subitem 1.3., e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, e, por mensagem eletrônica, na correspondente linha de fornecimento que pretende atender.

11.2. No caso de todos os fornecedores restarem desclassificados ou inabilitados (procedimento fracassado), a Administração poderá:

11.2.1. republicar o presente aviso com uma nova data;

11.2.2. valer-se, para a contratação, de proposta obtida na pesquisa de preços que serviu de base ao procedimento, se houver, privilegiando-se os menores preços, sempre que possível, e desde que atendidas às condições de habilitação exigidas.

11.2.2.1. No caso do subitem anterior, a contratação será operacionalizada fora deste procedimento.

11.2.3. Fixar prazo para que possa haver adequação das propostas ou da documentação de habilitação, conforme o caso.

11.3. As providências dos subitens 11.2.1 e 11.2.2 acima poderão ser utilizadas se não houver o comparecimento de quaisquer fornecedores interessados (procedimento deserto)

11.4. Havendo a necessidade de realização de ato de qualquer natureza pelos fornecedores, cujo prazo não conste deste Aviso de Contratação Direta, deverá ser atendido o prazo indicado pelo agente competente da Administração na respectiva notificação.

11.5. Caberá ao fornecedor acompanhar as operações, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda do negócio diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

11.6. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário.

11.7. Os horários estabelecidos na divulgação deste procedimento e durante o envio de lances observarão o horário de Brasília-DF, inclusive para contagem de tempo e registro no Sistema e na documentação relativa ao procedimento.

11.8. No julgamento das propostas e da habilitação, a Administração poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

11.9. As normas disciplinadoras deste Aviso de Contratação Direta serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

11.10. Os fornecedores assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo de contratação.

11.11. Em caso de divergência entre disposições deste Aviso de Contratação Direta e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Aviso.

11.12. Da sessão pública será divulgada Ata no sistema eletrônico.

11.13. Integram este Aviso de Contratação Direta, para todos os fins e efeitos, o(s) seguinte(s) anexo(s):

11.13.1. Anexo I – Termo de Referência

11.13.2. Anexo II - Minuta de Termo de Contrato

Riachuelo/SE, 08 de Abril de 2026.

Izaura Maria Moura Ferreira Almeida
Agente de Contratação



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

TERMO DE REFERÊNCIA

BASE LEGAL: Lei nº 14.133/2021, art. 75, inciso II.

1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O presente Termo de Referência tem por objeto a **aquisição de caixa de som**, destinada a atender às necessidades da **Secretaria Municipal de Assistência Social**,

de Riachuelo/SE, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2. A contratação visa fortalecer as ações socioassistenciais, garantindo melhores condições para a realização de atividades coletivas, eventos institucionais, e ações de mobilização social promovidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE.

1.3. Relação dos Itens e Especificações Técnicas:

ITEM	DESCRIÇÃO	QTD	UND
01	Caixa de som amplificada com potência mínima de 1000 Watts RMS , projetada para sonorização de ambientes internos e externos, adequada para eventos, reuniões, palestras e atividades recreativas. Deve possuir alto-falante de no mínimo 12 ou 15 polegadas , com driver de alta frequência para melhor reprodução de graves, médios e agudos. O equipamento deverá contar com entradas para microfone, instrumento e áudio auxiliar (USB, Bluetooth ou P2/RCA) , permitindo a conexão com diferentes dispositivos como microfones, celulares, computadores e pendrives. Deve possuir controle de volume independente, equalização de graves e agudos , além de alimentação elétrica bivolt (110/220V) . A caixa deverá ser fabricada com estrutura resistente , possuir alça para transporte , podendo conter rodas para facilitar a locomoção , garantindo praticidade e durabilidade para uso em eventos e atividades institucionais.	01	UND



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

2. 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. Fundamentação Legal

2.1.1. A presente contratação fundamenta-se:

- a) Art. 18, art. 72 e art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.
- b) No Documento de Formalização de Demanda nº 17/2026, expedido pela Secretaria Municipal de Assistência Social;
- c) Na Instrução Normativa nº 65/2021, no que se refere à pesquisa de preços para definição do valor estimado da contratação;
- d) Na dotação orçamentária própria prevista para aquisição de material permanente da Secretaria Municipal de Assistência Social.

2.2. Descrição da Necessidade

a) A aquisição da caixa de som justifica-se pela necessidade de aprimorar a infraestrutura utilizada nas atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE, especialmente aquelas que envolvem a realização de eventos, reuniões, palestras, campanhas educativas e ações de mobilização social.

b) Atualmente, observa-se a limitação ou ausência de equipamentos adequados de sonorização, o que compromete a qualidade da comunicação com o público atendido, dificultando a transmissão clara de informações e a efetiva participação dos usuários nas atividades promovidas.

c) Dessa forma, a disponibilização de equipamento de som adequado permitirá maior alcance, clareza e eficiência nas ações socioassistenciais, contribuindo para a inclusão, integração e melhor atendimento à população, além de proporcionar melhores condições de trabalho aos profissionais envolvidos.

D) A contratação, portanto, mostra-se necessária para assegurar a continuidade e a melhoria dos serviços prestados, alinhando-se aos princípios da eficiência e da qualidade na gestão pública.

2.3. Interesse Público Envolvido

2.3.1. A contratação atende ao interesse público ao:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- a) Visa garantir melhores condições para a execução das políticas públicas de assistência social no Município de Riachuelo/SE, promovendo maior eficiência, qualidade e alcance das ações desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social.
- b) Além disso, a aquisição da caixa de som favorece a participação da comunidade nas ações promovidas pelo poder público, fortalecendo o vínculo entre a gestão municipal e a população, bem como incentivando a inclusão social e o exercício da cidadania.
- c) Dessa forma, a contratação está alinhada aos princípios da administração pública, especialmente os da eficiência, da publicidade e do interesse coletivo, contribuindo para a melhoria contínua dos serviços ofertados à sociedade.

3. 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO
CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. Descrição Geral da Solução

- a) A solução consiste na aquisição de caixa de som portátil, de uso profissional ou semi-profissional, adequada para atender às demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE, especialmente em atividades que envolvam comunicação com o público em ambientes internos e externos.
- b) O equipamento deverá possuir potência compatível com eventos de pequeno e médio porte, qualidade sonora satisfatória, conectividade com diferentes dispositivos (como microfones, pen drive, bluetooth e/ou entrada auxiliar), além de bateria recarregável ou alimentação bivolt, garantindo versatilidade e autonomia durante sua utilização.
- c) A solução contempla ainda a aquisição de equipamento de fácil transporte, operação simples e resistência adequada ao uso contínuo em diversas ações institucionais, tais como reuniões, palestras, campanhas educativas e eventos comunitários.
- d) Busca-se, portanto, uma solução eficiente, econômica e funcional, capaz de suprir as necessidades da Administração Pública, promovendo melhor qualidade na execução das atividades socioassistenciais e assegurando maior alcance e efetividade na comunicação com a população atendida.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

3.2. Sustentabilidade e Racionalidade Econômica

- a) A contratação deverá observar princípios de sustentabilidade ambiental e racionalidade econômica, buscando a aquisição de equipamento que apresente eficiência energética, durabilidade e reduzido impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida.
- b) Nesse sentido, será priorizada a escolha de caixa de som que possua baixo consumo de energia, preferencialmente com bateria recarregável de longa duração, evitando o uso excessivo de pilhas descartáveis e contribuindo para a redução de resíduos sólidos.
- c) Além disso, a solução deverá considerar a durabilidade do equipamento, com materiais resistentes e de boa qualidade, reduzindo a necessidade de substituições frequentes e, consequentemente, promovendo economia aos cofres públicos.
- d) A racionalidade econômica também se evidencia na busca pela melhor relação custo-benefício, considerando não apenas o valor de aquisição, mas também os custos indiretos, como manutenção, consumo de energia e vida útil do equipamento.
- e) Por fim, o descarte do equipamento, ao término de sua vida útil, deverá seguir as normas ambientais vigentes, com destinação adequada de resíduos eletroeletrônicos, reforçando o compromisso da Administração Pública com a sustentabilidade e a responsabilidade socioambiental.

4.

5. 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Requisitos Gerais

4.1.1. A contratação deverá observar os seguintes requisitos:

- I – Fornecimento de bem novo, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento;
- II – Atendimento integral às especificações técnicas constantes neste Termo de Referência;
- III – Entrega dos itens devidamente acondicionados, protegidos contra danos decorrentes de transporte e manuseio;
- IV – Garantia mínima contra defeitos de fabricação;
- V – Conformidade com normas técnicas aplicáveis, quando houver.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

4.2. Requisitos Técnicos

O equipamento a ser adquirido deverá atender aos seguintes requisitos técnicos mínimos, de forma a garantir desempenho adequado e compatibilidade com as necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE:

- a) Tipo: Caixa de som amplificada, portátil;
- b) Potência mínima: compatível com eventos de pequeno e médio porte, recomendando-se potência igual ou superior a 200W RMS;
- c) Alimentação: bivolt automático (110V/220V) e/ou bateria recarregável com autonomia mínima de 4 (quatro) horas de uso contínuo;
- d) Conectividade: deverá possuir, no mínimo, conexão Bluetooth, entrada USB, entrada auxiliar (P2 ou RCA) e entrada para microfone;
- e) Funcionalidades: controle de volume, equalização básica (grave e agudo), e possibilidade de reprodução de áudio por diferentes fontes;
- f) Microfone: compatibilidade com microfone com fio ou sem fio, podendo ser incluso ou não, desde que suportado pelo equipamento;
- g) Portabilidade: design que facilite o transporte, com alça e/ou rodas;
- h) Estrutura: material resistente, adequado ao uso contínuo em ambientes internos e externos;
- i) Qualidade sonora: som claro, sem distorções em volume médio e alto;
- j) Garantia: mínima de 12 (doze) meses, fornecida pelo fabricante ou fornecedor;
- k) Acessórios: cabos necessários para funcionamento básico do equipamento;
- l) Manual: fornecimento de manual de instruções em língua portuguesa.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Os requisitos acima estabelecem parâmetros mínimos, podendo ser ofertados equipamentos com características superiores, desde que compatíveis com o objeto da contratação e sem prejuízo da economicidade.

4.3. Requisitos de Entrega

- I – A entrega deverá ocorrer em até 10 (dez) dias corridos após o recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do instrumento contratual;
- II – O local de entrega será na sede da Secretaria Municipal de Assistência Social ou em outro local indicado pela Administração, no Município de Riachuelo/SE;
- III – O recebimento será provisório para conferência e, posteriormente, definitivo após verificação da conformidade com as especificações.

4.5. Requisitos de Habilitação

4.5.1. A empresa contratada deverá:

- I – Estar regularmente constituída;
- II – Comprovar regularidade fiscal e trabalhista;
- III – Não estar impedida de contratar com a Administração Pública;
- IV – Atender às exigências previstas na Lei nº 14.133/2021.

4.6. Sustentabilidade

4.6.1. Sempre que possível, os produtos deverão observar práticas de fabricação ambientalmente adequadas, especialmente no que se refere ao uso de materiais recicláveis ou de menor impacto ambiental, desde que não comprometam a qualidade e a durabilidade dos bens.

6. 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Forma de Execução

5.1.1. A execução do objeto ocorrerá mediante fornecimento direto e integral dos bens, consistentes em instrumentos musicais e cadeiras plásticas, conforme especificações técnicas, quantidades e condições estabelecidas neste Termo de Referência.

5.1.2. Trata-se de aquisição de material permanente, sem prestação de serviços contínuos ou execução por etapas.

5.2. Forma de Entrega

5.2.1. A empresa contratada deverá realizar a **entrega única e integral do item**,



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

5.2.2. O bem deverá ser entregue:

- I – No prazo máximo a ser definido no instrumento contratual, contado a partir do recebimento da Nota de Empenho ou assinatura do contrato;
- II – No endereço indicado pela Contratante, no Município de Riachuelo/SE;
- III – Em dias úteis, dentro do horário regular de funcionamento da Secretaria.

5.2.3. As despesas com transporte, carga, descarga e quaisquer custos logísticos correrão exclusivamente por conta da contratada.

5.3. Recebimento Provisório e Definitivo

5.3.1. O recebimento dos bens ocorrerá em duas etapas:

I – Recebimento provisório

O recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega do equipamento, mediante conferência inicial quanto à quantidade, integridade física e conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta apresentada pelo fornecedor. Esta etapa será formalizada por meio de registro próprio, não implicando em aceitação definitiva do objeto;

II – Recebimento definitivo

O recebimento definitivo será realizado no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contados a partir do recebimento provisório, após verificação detalhada do funcionamento do equipamento, qualidade sonora, desempenho e atendimento integral às exigências contratuais.

5.4. Critérios de Conferência

A conferência do objeto será realizada pela equipe responsável designada pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE, observando-se os seguintes critérios:

- a) **Quantidade:** verificação do quantitativo entregue em conformidade com o estabelecido na ordem de fornecimento;
- b) **Integridade física:** inspeção visual para identificar possíveis avarias, danos, defeitos aparentes ou sinais de uso indevido;
- c) **Conformidade técnica:** análise das especificações do equipamento, verificando se atendem aos requisitos mínimos estabelecidos neste Termo de Referência;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- d) **Funcionamento:** realização de testes práticos para verificar o desempenho do equipamento, incluindo qualidade sonora, conectividade (Bluetooth, USB, entradas auxiliares e de microfone) e demais funcionalidades;
- e) **Acessórios e componentes:** conferência da presença de todos os itens que acompanham o equipamento, como cabos, carregador/fonte de alimentação e demais itens necessários ao funcionamento;
- f) **Documentação:** verificação do fornecimento de manual de instruções em língua portuguesa e certificado de garantia;
- g) **Condições de garantia:** conferência do prazo e das condições de garantia ofertadas pelo fornecedor.

O não atendimento a qualquer dos critérios acima poderá ensejar a recusa do objeto, total ou parcial, devendo o fornecedor providenciar a substituição ou adequação no prazo estipulado pela Administração, sem qualquer ônus adicional.

5.5. Substituição de Itens Irregulares

5.5.1. Os itens que apresentarem defeitos, avarias, vícios de fabricação, divergência nas especificações ou qualquer desconformidade deverão ser substituídos no prazo máximo de até 05 (cinco) dias úteis, contados da notificação, sem qualquer ônus adicional para a Administração.

5.5.2. A substituição não suspende eventual aplicação de penalidades previstas contratualmente.

5.6. Encerramento da Execução

5.6.1. Após a entrega integral e o recebimento definitivo dos objeto, considerar-se-á concluída a execução do objeto, uma vez que se trata de fornecimento direto, sem necessidade de instalação, serviços técnicos complementares ou manutenção contratual contínua.

7. 6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. Gestão e Fiscalização



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.1.1. A gestão e fiscalização da execução contratual serão realizadas pela Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/SE, por meio de servidor(es) formalmente designado(s) pela autoridade competente, nos termos do art. 117 da Lei nº 14.133/2021.

6.1.2. O fiscal do contrato será designado por ato formal, podendo ser o servidor indicado no Documento de Formalização de Demanda ou outro que a Administração entender pertinente.

6.2. Responsabilidades do Gestor/Fiscal do Contrato

6.2.1. Compete ao gestor ou fiscal do contrato:

- a) Acompanhar e fiscalizar a execução do objeto;
- b) Verificar o cumprimento integral das especificações técnicas, quantidades e prazos estabelecidos;
- c) Registrar ocorrências, inconformidades ou irregularidades identificadas;
- d) Notificar formalmente a contratada para correção de falhas ou substituição de itens, quando necessário;
- e) Atestar o recebimento provisório e definitivo dos bens;
- f) Comunicar à autoridade competente eventual descumprimento contratual para adoção das medidas cabíveis.

6.3. Responsabilidade da Contratada

6.3.1. A fiscalização exercida pela Administração não exclui nem reduz a responsabilidade da empresa contratada quanto:

- I – À qualidade dos bens fornecidos;
- II – Ao cumprimento das especificações técnicas;
- III – À observância dos prazos pactuados;
- IV – À garantia contra defeitos de fabricação.

6.3.2. A contratada permanecerá integralmente responsável por quaisquer vícios, defeitos ou danos decorrentes do fornecimento inadequado.

6.4. Comunicação e Registro

6.4.1. Toda comunicação entre a Administração e a contratada deverá ser formalizada por escrito, podendo ocorrer por meio de:

- a) Ofício;
- b) E-mail institucional;
- c) Notificação formal;
- d) Registro nos autos do processo administrativo.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

6.4.2. Os registros deverão compor o processo administrativo correspondente, assegurando transparência e rastreabilidade dos atos.

6.5. Princípios da Gestão Contratual

6.5.1. O acompanhamento da execução contratual observará os princípios da Administração Pública, especialmente:

- a) Legalidade;
- b) Impessoalidade;
- c) Moralidade;
- d) Publicidade;
- e) Eficiência;
- f) Economicidade;
- g) Interesse público.

6.5.2. A gestão contratual deverá assegurar que os bens entregues atendam plenamente à finalidade pública para a qual foram adquiridos.

8.

9. 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

10. 7.1. Critérios de Medição

7.1.1. A medição do fornecimento será realizada em **etapa única**, após a entrega integral dos bens descritos neste Termo de Referência, compreendendo os instrumentos musicais e as cadeiras plásticas.

7.1.2. A comprovação da execução do objeto dar-se-á mediante verificação física e técnica dos itens entregues pelo fiscal do contrato, com base nos seguintes critérios:

- a) Conformidade com as especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- b) Quantidade total entregue, conforme definido na relação de itens e quantitativos;
- c) Integridade física dos produtos, verificada por inspeção visual;
- d) Funcionamento adequado dos instrumentos musicais (verificação de afinação básica, funcionamento das chaves, vara do trombone, acabamento, acessórios obrigatórios);



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

e) Atendimento às condições mínimas de resistência e acabamento das cadeiras plásticas.

7.1.3. O recebimento ocorrerá em duas fases:

I – **Recebimento provisório**, no ato da entrega, para conferência quantitativa e inspeção inicial;

II – **Recebimento definitivo**, após verificação detalhada da conformidade técnica e da qualidade dos bens, mediante emissão de atesto pelo fiscal do contrato.

7.1.4. O fiscal do contrato poderá solicitar testes básicos de funcionamento dos instrumentos musicais antes da emissão do atesto definitivo.

11. 7.2. Condições de Pagamento

7.2.1. O pagamento será efetuado em **parcela única**, correspondente ao valor total contratado, após o recebimento definitivo dos bens e atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

7.2.2. A contratada deverá emitir Nota Fiscal/Fatura em conformidade com:

- a) O valor contratado;
- b) A descrição dos itens fornecidos;
- c) Os dados do empenho correspondente.

7.2.3. O prazo para pagamento será de até **10 (dez) dias úteis**, contados da data do atesto da Nota Fiscal, observada a ordem cronológica de pagamentos da Administração, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e regulamentação municipal aplicável.

7.2.4. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, em conta corrente de titularidade da contratada.

7.2.5. A efetivação do pagamento fica condicionada à comprovação da manutenção das condições de habilitação jurídica, fiscal, trabalhista e econômico-financeira exigidas na contratação.

7.2.6. Caso sejam identificadas inconformidades no momento do recebimento, o pagamento ficará suspenso até a regularização dos itens, devendo a contratada promover a substituição ou correção no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, sem qualquer ônus adicional para a Administração.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12. 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO E REGIME DE EXECUÇÃO

13. 8.1. Forma de Seleção do Fornecedor

8.1.1. A seleção do fornecedor será realizada por meio de **Contratação Direta, na modalidade Dispensa de Licitação**, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

- a) A natureza comum do objeto;
- b) O valor global estimado da contratação;
- c) A previsão constante no Documento de Formalização de Demanda nº 26/2026.

8.1.2. A contratação será precedida de **divulgação de aviso no sítio eletrônico oficial da Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE**, pelo prazo mínimo de 03 (três) dias úteis, nos termos do § 3º do art. 75 da Lei nº 14.133/2021, oportunizando a apresentação de propostas adicionais por eventuais interessados, visando à obtenção da proposta mais vantajosa para a Administração.

8.1.3. Ao final do prazo de divulgação, será selecionada a proposta que melhor atenda ao interesse público, observados os critérios estabelecidos neste Termo de Referência.

14. 8.2. Critério de Seleção da Proposta

8.2.1. O critério de julgamento será o de **Menor Preço por item**, desde que a proposta:

- I – Atenda integralmente às especificações técnicas previstas neste Termo de Referência;
- II – Observe os requisitos de qualidade mínima exigidos;
- III – Comprove regularidade jurídica, fiscal e trabalhista.

8.2.2. Serão desclassificadas as propostas que:

- a) Apresentarem valores superiores aos estimados pela Administração, sem justificativa aceitável;



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- b) Não atenderem às especificações técnicas;
- c) Contiverem vícios, omissões ou incompatibilidades com o objeto;
- d) Não comprovarem as condições mínimas de habilitação.

15. 8.3. Regime de Execução

8.3.1. O regime de execução será o de **fornecimento com pagamento por preço unitário**, no qual a contratada se obriga a fornecer os itens descritos neste Termo de Referência pelos valores unitários apresentados em sua proposta, perfazendo o valor global contratado.

8.3.2. O pagamento será realizado em **parcela única**, após o recebimento definitivo e o atesto da conformidade dos bens, conforme critérios de medição estabelecidos neste Termo de Referência.

8.4 Habilitação Jurídica

8.4.1 A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, conforme art. 62 da Lei nº 14.133/2021:

8.4.1.1. Para empresário individual: Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede.

8.4.1.2 Para Microempreendedor Individual (MEI): Certificado da Condição de Microempreendedor Individual (CCMEI), com verificação de autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>.

8.4.1.3. Para sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal (SLU) ou empresa individual de responsabilidade limitada (EIRELI): Inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.1.4. Para sociedade simples: Inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores.

8.4.1.5. Para filial, sucursal ou agência: Inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência no Registro Civil de Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis, com averbação no Registro da matriz.

8.4.1.6 Todos os documentos apresentados deverão estar acompanhados de suas alterações ou consolidação respectiva.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

8.5 Habilitação Fiscal, Social e Trabalhista

8.5.1 A contratada deverá apresentar os seguintes documentos, nos termos do art. 68 da Lei nº 14.133/2021:

8.5.1.1 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ).

8.5.1.2 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), abrangendo todos os créditos tributários federais e a Dívida Ativa da União, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751/2014.

8.5.1.3 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

8.5.1.4 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da CLT.

8.5.1.5 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual e/ou municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, compatível com o objeto contratual.

8.5.1.6 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata.

8.5.1.7 Caso o fornecedor seja isento de tributos estaduais ou municipais, deverá comprovar tal condição mediante declaração da respectiva Fazenda ou documento equivalente.

8.5.1.8 Fornecedores enquadrados como Microempreendedor Individual (MEI) que busquem benefícios do tratamento diferenciado da Lei Complementar nº 123/2006 estarão dispensados da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

8.6 Qualificação Econômico-Financeira

8.6.1 Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor, conforme art. 69, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

8.7 Qualificação Técnica

8.7.1. A empresa deverá comprovar aptidão para o fornecimento de bens compatíveis com o objeto desta contratação, mediante apresentação de, no mínimo, **01 (um) atestado de capacidade técnica**, emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

o fornecimento anterior de instrumentos musicais, mobiliário ou materiais permanentes de natureza semelhante ao objeto deste Termo de Referência.

8.7.2. O atestado apresentado deverá conter, sempre que possível:

- I – Identificação da entidade emitente;
- II – Descrição sucinta do objeto fornecido;
- III – Declaração de que o fornecimento foi realizado de forma satisfatória;
- IV – Assinatura do responsável pela emissão.

8.7.3. Quando solicitado pela Administração, a empresa deverá apresentar catálogos, fichas técnicas, prospectos ou declarações do fabricante, a fim de comprovar a conformidade dos produtos com as especificações técnicas exigidas, especialmente quanto a:

- a) Características construtivas dos instrumentos musicais;
- b) Material, acabamento e componentes;
- c) Acessórios obrigatórios (estojo, bocal, etc.);
- d) Capacidade de carga e material das cadeiras plásticas.

8.7.4. A Administração poderá realizar diligências para verificar a autenticidade das informações apresentadas, nos termos do art. 64 da Lei nº 14.133/2021.

8.7.5. A ausência de comprovação adequada da qualificação técnica poderá ensejar a inabilitação da empresa ou, se constatada após a contratação, a aplicação das penalidades cabíveis, inclusive rescisão contratual, conforme a legislação vigente.

16. 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. A estimativa de preços foi realizada com base em pesquisa efetuada no Banco de Preços, com consulta a contratações públicas recentes constantes no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), Portal de Compras Públicas e demais bases oficiais, conforme relatório de pesquisa de preços anexado ao processo administrativo.

9.1.1. A metodologia adotada para definição do valor estimado foi a média aritmética dos preços obtidos, nos termos da Instrução Normativa nº 65/2021, considerando valores praticados no mercado para bens de natureza e especificações compatíveis com o objeto desta contratação.

9.2. Para fins de apuração do valor global estimado, foram considerados os seguintes itens e respectivos valores médios unitários:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

ITEM	DESCRIÇÃO DO OBJETO	QTD	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
01	<p>Caixa de som amplificada com potência mínima de 1000 Watts RMS, projetada para sonorização de ambientes internos e externos, adequada para eventos, reuniões, palestras e atividades recreativas. Deve possuir alto-falante de no mínimo 12 ou 15 polegadas, com driver de alta frequência para melhor reprodução de graves, médios e agudos.</p> <p>O equipamento deverá contar com entradas para microfone, instrumento e áudio auxiliar (USB, Bluetooth ou P2/RCA), permitindo a conexão com diferentes dispositivos como microfones, celulares, computadores e pendrives. Deve possuir controle de volume independente, equalização de graves e agudos, além de alimentação elétrica bivolt (110/220V).</p> <p>A caixa deverá ser fabricada com estrutura resistente, possuir alça para transporte, podendo conter rodas para facilitar a locomoção, garantindo praticidade e durabilidade para uso em eventos e atividades institucionais.</p>	01	R\$ 2.305,60	R\$ 2.305,60

9.3. Valor Global Estimado: R\$ 2.305,60 (dois mil, trezentos e cinco reais, sessenta centavos).

9.4. A estimativa adotada observa os princípios da economicidade, eficiência, razoabilidade e vantajosidade, assegurando compatibilidade com os valores praticados no mercado e com contratações públicas recentes para objetos semelhantes.

17. 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. A presente contratação possui adequação orçamentária e financeira, estando prevista na Lei Orçamentária Anual (LOA) vigente, no orçamento da Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Riachuelo/SE.

10.2. Os recursos destinados ao atendimento do objeto deste Termo de Referência encontram-se devidamente alocados em dotação específica para aquisição de mobiliários e equipamentos permanentes da Secretaria Municipal de Assistência Social.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

10.3. A despesa decorrente da contratação observará a seguinte dotação orçamentária, conforme informado pela unidade gestora no Documento de Formalização de Demanda:

Unidade Orçamentária: 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

Projeto/Atividade: 2315 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – IGD SUAS

Classificação Econômica: 449052 – MATERIAL PERMANENTE

Fonte de Recurso: 16610000- TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

Conta: 300.232-1

10.4. Os valores estimados para a contratação estão compatíveis com o planejamento orçamentário anual, não ultrapassando os limites autorizados para execução da despesa e respeitando as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

10.5. Declara-se, portanto, que a contratação se encontra plenamente adequada às previsões e disponibilidades orçamentárias do exercício financeiro vigente, observando os princípios do planejamento, equilíbrio fiscal e responsabilidade na gestão dos recursos públicos.

11. DAS OBRIGAÇÕES E SANÇÕES POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL

18. 11.1. Das Obrigações da Contratada

11.1.1. Fornecer o bem descrito neste Termo de Referência — caixa de som amplificada — em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantidades e padrões de qualidade estabelecidos.

11.1.2. Entregar os itens novos, de primeiro uso, em perfeitas condições de funcionamento e integridade física, devidamente acondicionado e protegido contra danos decorrentes de transporte e manuseio.

11.1.3. Realizar a entrega do item no local indicado pela Secretaria Municipal de Assistência Social, dentro do prazo estipulado no instrumento contratual, assumindo integral responsabilidade pelos custos de transporte, carga e descarga.

11.1.4. Garantir que o instrumento esteja em condições adequadas de uso, com pleno funcionamento mecânico e acústico, acompanhados dos respectivos acessórios obrigatórios.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.1.5. Substituir, no prazo estabelecido pela Administração, sem quaisquer ônus adicionais, os itens que apresentarem defeitos, vícios de fabricação, avarias, divergências nas especificações ou qualquer desconformidade identificada no recebimento provisório ou definitivo.

11.1.6. Manter, durante toda a execução contratual, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no processo de contratação, especialmente quanto à regularidade fiscal, trabalhista e jurídica.

11.1.7. Emitir Nota Fiscal/Fatura correspondente ao fornecimento realizado, em conformidade com os valores contratados e com a descrição detalhada dos itens fornecidos.

11.1.8. Responsabilizar-se por eventuais danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes de falhas no fornecimento dos bens.

11.1.9. Cumprir integralmente as disposições contratuais e legais aplicáveis, observando os princípios da legalidade, moralidade, eficiência e boa-fé administrativa.

19. 11.2. Das Obrigações da Contratante

11.2.1. Fornecer à contratada todas as informações necessárias ao adequado cumprimento do objeto, indicando local, prazo e condições para entrega.

11.2.2. Designar servidor responsável pela fiscalização e acompanhamento da execução contratual.

11.2.3. Realizar a conferência quantitativa e qualitativa dos bens no ato da entrega, verificando a conformidade com as especificações previstas neste Termo de Referência.

11.2.4. Comunicar formalmente à contratada quaisquer irregularidades, defeitos ou desconformidades constatadas, concedendo prazo para correção ou substituição.

11.2.5. Atestar o recebimento definitivo dos bens quando verificada a conformidade com as especificações contratuais.

11.2.6. Efetuar o pagamento devido à contratada, nas condições e prazos estabelecidos, após o atesto da Nota Fiscal pelo fiscal do contrato.

11.2.7. Zelar pela correta utilização e conservação dos bens após o recebimento definitivo.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

20. 11.3. Das Sanções por Inexecução Contratual

11.3.1. O descumprimento total ou parcial das obrigações assumidas pela CONTRATADA sujeitá-la-á à aplicação de sanções administrativas, assegurado o prévio processo administrativo, com garantia do contraditório e da ampla defesa, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

11.3.2. Constituem, entre outras, hipóteses de infração contratual:

- I – Atrasar injustificadamente a entrega dos bens;
- II – Entregar produtos em desacordo com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência;
- III – Fornecer bens com vícios, defeitos ou avarias;
- IV – Recusar-se a substituir itens rejeitados pela fiscalização;
- V – Descumprir cláusulas contratuais ou determinações formais da fiscalização;
- VI – Não manter as condições de habilitação e qualificação exigidas durante a execução contratual;
- VII – Cometer falhas que comprometam a qualidade ou a finalidade pública do objeto contratado.

21. 11.4. Das Penalidades Aplicáveis

11.4.1. Pela inexecução total ou parcial do contrato, a Administração poderá aplicar as seguintes sanções:

- I – **Advertência**, quando a infração for considerada leve e não houver prejuízo relevante à Administração;
- II – **Multa**, nos termos estabelecidos neste instrumento;
- III – **Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública**, pelo prazo previsto na legislação vigente;
- IV – **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública**, nos casos de infrações graves, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

22. 11.5. Das Multas

11.5.1. Multa de Mora:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

11.5.1.1. Pelo atraso injustificado na entrega do objeto, será aplicada multa de **0,5% (meio por cento) por dia de atraso**, calculada sobre o valor da parcela em atraso, limitada a 10% do valor correspondente.

11.5.2. Multa por Inexecução Parcial:

11.5.2.1. Na hipótese de entrega de bens em desacordo com as especificações ou descumprimento parcial das obrigações contratuais, poderá ser aplicada multa de até **15% (quinze por cento)** sobre o valor da parcela correspondente.

11.5.3. Multa por Inexecução Total:

11.5.3.1. Em caso de inexecução total do objeto contratado ou recusa injustificada em formalizar a contratação após convocação, poderá ser aplicada multa de até **25% (vinte e cinco por cento)** sobre o valor da contratação.

23. 11.6. Disposições Gerais sobre as Sanções

11.6.1. As sanções poderão ser aplicadas isolada ou cumulativamente, conforme a gravidade da infração e o prejuízo causado à Administração.

11.6.2. O valor das multas poderá ser:

- I – Descontado de pagamentos eventualmente devidos à CONTRATADA;
- II – Cobrado administrativamente;
- III – Inscrito em dívida ativa, quando cabível;
- IV – Cobrado judicialmente.

11.6.3. A aplicação de qualquer sanção não exime a CONTRATADA da obrigação de reparar integralmente os danos e prejuízos eventualmente causados à Administração Pública.

12. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. A contratação decorrente deste Termo de Referência reger-se-á pelas normas estabelecidas na legislação vigente aplicável às contratações públicas, especialmente pela Lei nº 14.133/2021, bem como por regulamentos municipais, normas complementares e demais dispositivos correlatos.

12.2. A participação no procedimento de contratação implica plena, irrevogável e irretratável aceitação de todas as condições estabelecidas neste Termo de Referência e nos demais documentos que integram o processo administrativo.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

12.3. A contratada será responsável por todos os custos diretos e indiretos decorrentes do fornecimento dos bens, incluindo transporte, frete, carga, descarga, embalagem, seguro, tributos, encargos trabalhistas e quaisquer outras despesas necessárias à entrega integral do objeto, não cabendo à Administração Pública qualquer ônus adicional além do valor contratado.

12.4. Eventuais omissões, dúvidas interpretativas ou situações não previstas neste Termo de Referência serão resolvidas pela Secretaria Municipal de Assistência Social, com fundamento na legislação aplicável e nos princípios que regem a Administração Pública, especialmente legalidade, interesse público, razoabilidade e proporcionalidade.

12.5. Para dirimir eventuais controvérsias decorrentes da execução contratual que não puderem ser solucionadas na esfera administrativa, fica eleito o foro da Comarca de Riachuelo/SE, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

12.6. Este Termo de Referência integra o processo administrativo que fundamenta a contratação e constitui documento vinculante para fins de execução, fiscalização, recebimento e pagamento do objeto.



**ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL**

**ANEXO II
MINUTA DE CONTRATO Nº XXX/202X**

**CONTRATO QUE ENTRE SI
CELEBRAM A PREFEITURA
MUNICIPAL DE LARANJEIRAS/SE,
E A EMPRESA XXXXXXXXXXXX,
CONFORME ADIANTE.**

A PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO/SE, doravante denominada **CONTRATANTE**, pessoa jurídica de direito público interno, CNPJ nº xxxxxxxx/xxxxx, com sede na Rua xxxxxx nº xx - Centro, Riachuelo/SE, neste ato representado por seu titular o **Sr. XXXXXXXXXXXX**, e a empresa **XXXXXXXXXX**, sediada a XXXXXXXXXXXX - CNPJ nº: XXXXXXXXXXXX, aqui representada pelo(a) **Srº(a) XXXXXXXXXXXX**, doravante denominada simplesmente **CONTRATADA**, diante da autorização do Prefeito Municipal para a lavratura do contrato e tudo o que mais consta na **DISPENSA ELETRÔNICA Nº XXX/202X**, têm justo e contratado o integral cumprimento das cláusulas e condições a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO (art. 92, inciso I, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato tem por objeto a contratação de empresa especializada para aquisição de caixa de som amplificada, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Assistência Social de Riachuelo/Se, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO REGIME DE EXECUÇÃO OU FORMA DE FORNECIMENTO, DO PREÇO E DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO (art. 92, incisos IV a VII, da Lei nº 14.133/21).

§1º O regime de execução ou forma de fornecimento se dará de forma parcelada.

§2º O valor global do contrato é R\$ XXXXXXXXXXXX (XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX) que será pago de acordo com a prestação de serviços.

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VALOR UNIT	VALOR TOTAL
01					
	Valor total:				R\$

§3º O pagamento será efetuado após liquidação da despesa, por meio de crédito em conta corrente indicada pelo licitante vencedor, no prazo de até 30 (trinta) dias, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura, devidamente certificada pelo setor responsável pelo recebimento da Prestação de Serviços.

§4º Para fazer jus ao pagamento, a Contratada deverá apresentar, juntamente com o documento de cobrança, prova de regularidade para com a Fazenda estadual e prova de regularidade perante o Instituto Nacional do Seguro Social - INSS e perante o FGTS - CRF.



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

§5º Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

§6º Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

§7º Os preços serão fixos e irrevogáveis, caso o Contrato venha a ser prorrogado, o valor poderá vir a ser reajustado, mediante acordo entre as partes, com base na variação do INPC, e desde que compatível com o preço de mercado, na forma do art. 136, inciso I da Lei nº. 14.133/21.

§8º No caso de atraso de pagamento, será utilizado, para atualização do valor mencionado no *caput* desta Cláusula, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor - INPC/IBGE.

§9º Nestes preços estão incluídas todas as despesas que, direta ou indiretamente, decorram da execução deste Contrato, inclusive custos com pessoal, encargos sociais, trabalhistas e previdenciários, administração, tributos, emolumentos e contribuições de qualquer natureza.

§10. O pagamento das obrigações relativas ao presente contrato deve obedecer e cumprir a ordem cronológica das datas das respectivas exigências, a teor do que dispõe o art. 7º §2º, Inciso III, da Lei nº 4.320/1964, art. 141 da Lei 14.133/21.

CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA (Art. 92, inciso VII, da Lei nº 14.133/21)

O presente Contrato terá vigência a partir da data da assinatura deste contrato até 31 de junho de 2026, e não poderá ser prorrogado sucessivamente, respeitada a vigência máxima decenal, nos termos do art. 107 da Lei 14.133/2021.

CLÁUSULA QUARTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, inciso VIII, da Lei n.º 14.133/21).

As despesas com o pagamento do referido objeto estão previstas no orçamento do Prefeitura Municipal de Riachuelo/SE conforme classificação orçamentária:

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 4001 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.

PROJETORA/ATIVIDADE: 2315 – BLOCO DE GESTÃO DO SUAS

CLASSIFICAÇÃO ECONÔMICA: 4490.52.00.00 – EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE

FONTE DE RECURSO: 16610000 – TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTENCIA SOCIAL.

CLÁUSULA QUINTA - DO DIREITO E RESPONSABILIDADE DAS PARTES (art. 92, inciso XIV e XVI, da Lei nº 14.133/21).

A Contratada, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

- Pagamento dos salários, encargos sociais, taxas, fornecimento dos materiais necessários e demais despesas exigidas para a execução dos serviços, será de responsabilidade da Contratada;
- A CONTRATADA deverá executar os fornecimento descritos no presente Contrato e outros que, porventura, venham a ser fazer necessário durante o decorrer do período;
- A Contratada deverá, se assim exigido, manter à disposição no local da prestação dos serviços, o responsável pela empresa.
- Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Prefeitura ou a terceiros decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do Contrato não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante.
- Responsabilizar-se pela obtenção de Alvarás, Licenças ou quaisquer outros Termos de Autorização que se façam necessários à execução do Contrato.
- Executar fielmente o objeto contratado e o prazo estipulado.
- Não transferir a outrem, no todo ou em parte, o Contrato firmado com a Contratante, sem prévia e expressa anuência desta.
- Não realizar associação com outrem, cessão ou transferência total ou parcial, bem como a fusão, cisão ou incorporação, sem prévia a expressa anuência do Contratante.
- Manter, durante toda execução do Contrato, as condições inicialmente pactuadas

A Contratante, durante a vigência deste Contrato, compromete-se a:

- Efetuar o pagamento nas condições e preço pactuados.
- Proporcionar à Contratada todas as condições necessárias ao pleno cumprimento das obrigações decorrentes do presente Contrato, consoante estabelece a Lei nº. 14.133/21;
- Designar um representante para acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, que deverá anotar em registro próprio, todas as ocorrências verificadas;
- Comunicar à Contratada toda e qualquer ocorrência relacionada com a execução dos serviços, diligenciando nos casos que exigem providências preventivas e corretivas.

CLÁUSULA SEXTA - DAS PENALIDADES E MULTAS (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21)

Pelo atraso injustificado na execução do Contrato, pela inexecução total ou parcial do objeto pactuado, conforme o caso, o Contratante poderá aplicar à Contratada as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei nº 14.133/21, garantida a prévia defesa:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA RESCISÃO (art. 92, inciso XIX, da Lei nº 14.133/21).



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

Independentemente de notificações ou interpelações judiciais ou extrajudiciais, constituem motivos para rescisão do Contrato as situações previstas no artigo 137, na forma do artigo 138, da Lei nº. 14.133/21.

§1º - O presente Contrato poderá ser rescindido, também, por conveniência administrativa, a Juízo do Contratante, sem que caiba à Contratada qualquer ação ou interpelação judicial.

§2º - No caso de rescisão do Contrato, o Contratante fica obrigado a comunicar tal decisão à Contratada, por escrito, no mínimo com 30 (trinta) dias de antecedência.

§3º - Na ocorrência da rescisão prevista no "caput" desta cláusula, nenhum ônus recairá sobre o Contratante em virtude desta decisão, ressalvado o disposto no § 2º do artigo 138 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA OITAVA - DOS DIREITOS DO CONTRATANTE NO CASO DE RESCISÃO (Art. 92, inciso XIV, da Lei nº 14.133/21).

Na hipótese de rescisão administrativa do presente Contrato, a Contratada reconhece, de logo, o direito da Contratante de adotar, no que couberem, as medidas previstas no artigo 139 da Lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA NONA - DA LEGISLAÇÃO APLICÁVEL À EXECUÇÃO DO CONTRATO E OS CASOS OMISSOS (art. 92, inciso III, da Lei nº 14.133/21).

O presente Contrato fundamenta-se:

I - nos termos do Contrato de Dispensa que, simultaneamente:

- não contrariem o interesse público;

II - nas demais determinações da Lei 14.133/21;

III - nos preceitos do Direito Público;

IV - supletivamente, nos princípios da Teoria Geral dos Contratos e nas disposições do Direito Privado.

Parágrafo Único - Os casos omissos e quaisquer ajustes que se fizerem necessários, em decorrência deste Contrato, serão acordados entre as partes, lavrando-se, na ocasião, Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DAS ALTERAÇÕES (Art. 124 da Lei nº 14.133/21).

Este instrumento poderá ser alterado na ocorrência de quaisquer fatos estipulados no artigo 124 da Lei nº. 14.133/21, desde que devidamente comprovados.

§1º A Contratada fica obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos e supressões que se fizerem necessários, até o limite legal previsto no art. 125 da Lei nº. 14.133/21, calculado sobre o valor inicial atualizado do contrato.

§2º - Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido nesta condição, salvo as supressões resultantes de acordo celebrados entre as partes, de acordo com o art. 125 da lei nº. 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DO FORO



ESTADO DE SERGIPE
FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL

As partes contratantes elegem o Foro da Cidade de Riachuelo, Estado de Sergipe, como único competente para dirimir as questões que porventura surgirem na execução do presente Contrato, com renúncia expressa por qualquer outro.

E, por estarem assim, justas e Contratadas, as partes assinam este instrumento, a fim de que produza seus efeitos legais.

Riachuelo/SE, XX de XX de 202X.

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXXXXXXX
XXXXXXXXXXXXXXXXX
CONTRATADA